

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CLARA ALVES PEDROSA

**A SEGURANÇA INTERNACIONAL: O NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA
BRASIL-COLÔMBIA (2016-2022)**

Uberlândia - MG

2025

A SEGURANÇA INTERNACIONAL: O NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA (2016-2022)¹

Ana Clara Alves Pedrosa²

RESUMO

Este artigo analisa os impactos das políticas de segurança implementadas pelos governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022) no combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia, região estratégica no escoamento internacional de cocaína. Adotando uma abordagem qualitativa e o método hipotético-dedutivo, o estudo parte da hipótese de que tais políticas, marcadas por forte viés repressivo e militarizado, mostraram-se insuficientes para enfrentar de maneira eficaz as dinâmicas complexas do crime organizado transnacional. A pesquisa combina revisão bibliográfica com análise de documentos oficiais, focalizando variáveis como estrutura institucional, cooperação internacional, investimento tecnológico e indicadores de apreensão de drogas. Os resultados apontam que, embora haja avanços pontuais em ações operacionais, persistem falhas estruturais, como a desarticulação entre os entes federativos, a escassez de recursos e a ausência de políticas sociais nas regiões fronteiriças. A militarização crescente, especialmente sob a gestão Bolsonaro, intensificou a violência e os abusos, sem reduzir substancialmente o fluxo ilícito. Conclui-se que o enfrentamento sustentável do narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia requer estratégias integradas, que articulem repressão qualificada, desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da cooperação bilateral.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Narcotráfico; Fronteira Brasil-Colômbia; Políticas Públicas; Crime Organizado; Militarização.

ABSTRACT

This article analyzes the impact of security policies implemented by the Brazilian governments of Michel Temer (2016–2018) and Jair Bolsonaro (2019–2022) in combating drug trafficking along the Brazil–Colombia border—an area of strategic importance in the international cocaine trade. Using a qualitative approach and the hypothetico-deductive method, the research hypothesizes that these policies, characterized by a predominantly repressive and militarized focus, have proven insufficient to address the complex dynamics of transnational organized crime effectively. The study is based on a literature review and official document analysis, examining variables such as institutional structure, international cooperation, technological investment, and drug seizure indicators. The findings indicate that despite occasional operational advances, structural deficiencies persist, including poor coordination among government levels, resource constraints, and the absence of social policies in border regions. The increasing militarization, particularly under Bolsonaro’s administration, has escalated violence and human rights violations without substantially reducing the illicit flow. The

¹ Artigo Científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá.

² Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

research concludes that a sustainable response to drug trafficking along the Brazil–Colombia border requires integrated strategies that combine qualified repression, socioeconomic development, and strengthened bilateral cooperation.

Keywords: International Security; Drug Trafficking; Brazil–Colombia Border; Public Policy; Organized Crime; Militarization.

1- INTRODUÇÃO

A segurança internacional constitui um dos principais desafios contemporâneos no cenário global, especialmente em regiões que enfrentam a atuação de redes criminosas transnacionais, como na América Latina. No caso do Brasil, a fronteira com a Colômbia, que se estende por mais de 1.600 quilômetros, representa um ponto crítico para o combate ao narcotráfico. A Colômbia é historicamente reconhecida como um dos maiores produtores de cocaína do mundo, e essa proximidade geográfica transforma a fronteira em um corredor estratégico para o transporte de drogas destinadas a mercados internacionais.

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das políticas de segurança implementadas pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) no combate ao narcotráfico nessa região fronteiriça. Esse período caracteriza-se por iniciativas relevantes, como a ampliação da presença militar e a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que busca integrar as ações de combate ao crime organizado. Apesar desses esforços, o narcotráfico permanece como um problema persistente, evidenciado pela crescente sofisticação das redes criminosas, pela violência na região e pela limitada eficácia das ações de segurança.

No contexto acadêmico, o debate sobre o narcotráfico transcende a dimensão criminal, configurando-se também como um problema de ordem socioeconômica, política e de segurança internacional. Assim, este estudo insere-se no campo de análise das políticas públicas voltadas à segurança e à cooperação transnacional, com foco nas especificidades das áreas de fronteira. A delimitação temporal (2016-2022) possibilita avaliar como os dois governos brasileiros responderam a essa ameaça e quais foram os resultados obtidos em termos de contenção do tráfico de drogas e redução dos impactos negativos associados.

A pesquisa contextualiza o debate a partir de uma abordagem crítica, buscando identificar as falhas estruturais das políticas de segurança adotadas, os avanços pontuais alcançados e as limitações decorrentes de fatores como a falta de recursos, a desarticulação institucional e as mudanças na dinâmica das redes criminosas. Além disso, considera os efeitos

colaterais dessas políticas, como a militarização e os impactos sobre a população local, que vive sob constante vulnerabilidade.

Dessa forma, ao investigar como as políticas de segurança implementadas entre 2016 e 2022 influenciaram o combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia, este estudo não apenas avalia os resultados alcançados, mas também propõe reflexões para a formulação de estratégias mais eficazes e sustentáveis no enfrentamento dessa problemática.

A segurança das fronteiras brasileiras enfrenta desafios significativos, especialmente devido ao narcotráfico, que utiliza essas áreas como corredores estratégicos para o transporte de drogas. A fronteira com a Colômbia, uma das maiores produtoras de cocaína do mundo, destaca-se como uma região crítica, onde o controle e a fiscalização tornam-se extremamente difíceis devido à extensão territorial, à geografia hostil e à presença de redes criminosas transnacionais.

As forças de segurança brasileiras, como a Polícia Federal e o Exército, frequentemente lidam com limitações financeiras, logísticas e tecnológicas, comprometendo sua eficácia. Apesar dos esforços realizados, como a Operação Ágata (2011) e tratados bilaterais com a Colômbia, a implementação de políticas de segurança ainda enfrenta desafios de integração e continuidade. Além disso, problemas transversais, como o tráfico de pessoas e o desmatamento ilegal, intensificam a vulnerabilidade dessas áreas.

Para compreender as especificidades desse tema, torna-se essencial contextualizar o conceito de políticas de segurança no contexto das áreas de fronteira. No Brasil, essas políticas envolvem ações voltadas ao combate ao crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de drogas, armas e pessoas, além da proteção da soberania nacional. Estratégias típicas incluem a militarização, o uso de tecnologia avançada (como drones e sistemas de vigilância) e a cooperação internacional com países vizinhos. Contudo, essas políticas frequentemente enfrentam limitações, como a falta de recursos e a baixa articulação entre diferentes níveis de governo (Andrade, 2016).

Entre 2016 e 2022, os governos estudados adotaram medidas para reforçar a segurança nas fronteiras e combater o narcotráfico, incluindo a ampliação da presença militar e a criação de sistemas integrados de segurança pública. Apesar disso, os resultados permanecem controversos, com avanços pontuais e lacunas significativas, especialmente na abordagem das causas estruturais da criminalidade.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: como as políticas de segurança implementadas pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro

(2019-2022) impactaram o combate ao narcotráfico na fronteira entre o Brasil e a Colômbia, considerando o contexto de crescente violência e a falta de recursos nas forças de segurança?

A partir dessa problemática, parte-se da hipótese de que as políticas de segurança implementadas pelos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) mostraram-se insuficientes para reduzir de forma significativa o narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia. Essa insuficiência decorre de diversos fatores inter-relacionados. Primeiramente, a falta de recursos estruturais e tecnológicos limita a atuação das forças de segurança, como a Polícia Federal e as Forças Armadas, que enfrentam dificuldades financeiras, logísticas e de pessoal. A extensão territorial e a geografia hostil da região de fronteira agravam essa situação, dificultando a implementação de sistemas modernos de vigilância, como drones e sensores avançados.

Além disso, a desarticulação institucional compromete a eficiência das políticas. Apesar de iniciativas como o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), falhas na coordenação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) dificultam ações integradas e contínuas. A cooperação internacional com a Colômbia também apresenta limitações, prejudicando a realização de operações conjuntas e o compartilhamento eficaz de inteligência.

Outro fator significativo corresponde ao crescimento da sofisticação das redes criminosas. Organizações transnacionais, como cartéis colombianos e grupos brasileiros, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), adaptam suas estratégias, diversificando rotas e métodos de transporte, além de utilizar tecnologias avançadas, como drones e criptografia, que superam as capacidades de resposta das forças brasileiras. A corrupção local e regional também desempenha um papel crucial, comprometendo operações de fiscalização e permitindo que essas redes criminosas atuem com relativa impunidade.

De maneira geral, as políticas de segurança adotam um enfoque predominantemente reativo e militarizado, como evidenciado em operações pontuais, a exemplo da Operação Ágata. Essas ações, embora importantes, não enfrentam as causas estruturais do narcotráfico, como as desigualdades sociais e a ausência de oportunidades econômicas nas áreas de fronteira. Observa-se um aumento nas apreensões de drogas no período, porém as rotas de narcotráfico permanecem ativas e altamente lucrativas. Além disso, a escalada da violência na região, impulsionada pela disputa entre redes criminosas, evidencia a falta de impacto sustentável e estrutural dessas políticas.

As variáveis deste estudo relacionam-se diretamente à análise das políticas de segurança implementadas pelos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) e seus impactos no combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia.

A variável independente corresponde às políticas de segurança adotadas nesse período, abrangendo estratégias como operações militares, uso de tecnologias de monitoramento, alocação de recursos financeiros e humanos e iniciativas de cooperação internacional com a Colômbia. Essas políticas refletem o foco estratégico dos governos, predominantemente centrado em abordagens militarizadas e reativas.

A variável dependente refere-se à redução do narcotráfico, medida por indicadores como a quantidade de drogas apreendidas, a diminuição da violência associada ao tráfico, a interrupção ou alteração das rotas de transporte de entorpecentes e o enfraquecimento das redes criminosas transnacionais que operam na região fronteira.

Por fim, a relação entre essas variáveis sofre influência de fatores intervenientes que condicionam a eficácia das políticas de segurança. Entre os principais fatores destacam-se: a falta de recursos estruturais e tecnológicos, as dificuldades impostas pela extensão territorial e pela geografia hostil da região, a crescente sofisticação das redes criminosas, a desarticulação institucional e a corrupção local e regional, que frequentemente comprometem operações de fiscalização e combate ao crime organizado.

2- METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotará o método qualitativo, uma vez que busca explorar o impacto das políticas de segurança pública na fronteira Brasil-Colômbia e suas implicações na dinâmica do narcotráfico. A escolha do método qualitativo permite uma análise profunda das variáveis políticas, sociais e econômicas, fundamentais para entender a complexidade do problema. Com base nesse método, a investigação se concentrará em identificar padrões, relações e consequências das políticas implementadas pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro no período de 2016 a 2022, a fim de avaliar sua eficácia.

O método de procedimento será dividido nas seguintes etapas. A primeira, revisão bibliográfica-teórica, que consistirá em uma análise das teorias de segurança internacional e crime transnacional, com foco em estudos sobre fronteiras e narcotráfico na América Latina, bem como sobre as políticas de segurança implementadas no Brasil e seus impactos no combate ao crime organizado, especialmente em áreas de fronteira.

Como fonte primária, será feita por meio de análise de documentos oficiais, como relatórios governamentais e de organizações internacionais, leis e decretos sobre segurança pública e combate ao narcotráfico implementados no Brasil entre 2016 e 2022 serão utilizados.

A primeira seção do trabalho apresenta uma abordagem teórica e contextual sobre o narcotráfico como uma questão de segurança internacional, destacando sua complexidade no cenário latino-americano. A partir de uma análise geopolítica, são discutidos os fatores que consolidaram a América Latina como epicentro da produção e circulação de drogas ilícitas, em especial a cocaína. Neste contexto, países como Colômbia, Peru e Bolívia aparecem como grandes produtores, enquanto o Brasil, entre outros, cumpre papel estratégico como rota de escoamento para mercados internacionais. A seção também examina os principais desafios enfrentados pelas áreas de fronteira, com ênfase na região entre Brasil e Colômbia, marcada por uma geografia hostil, fragilidade estatal e intensa atuação de grupos criminosos transnacionais.

Na segunda seção, a análise se volta para as políticas de segurança adotadas pelos governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022) no combate ao narcotráfico. A abordagem comparativa permite identificar as diferenças e continuidades entre as gestões, considerando os recursos empregados, as estratégias operacionais e o grau de cooperação internacional. São abordadas iniciativas como a criação de sistemas integrados de segurança pública, o uso de tecnologias de monitoramento e a intensificação de operações militares. Ao mesmo tempo, é evidenciado as limitações enfrentadas, como a escassez de recursos, a desarticulação institucional e a ausência de políticas sociais que atuem sobre as causas estruturais do narcotráfico.

Por fim, a terceira seção dedica-se à avaliação dos impactos concretos dessas políticas na fronteira Brasil-Colômbia. A partir da análise de dados e de estudos especializados, são discutidos os efeitos das ações estatais no enfrentamento ao tráfico, especialmente no que se refere ao aumento das apreensões, à escalada da violência e à sofisticação das redes criminosas. A seção também reflete sobre as lacunas estruturais persistentes, como a vulnerabilidade das comunidades locais, a limitada cooperação binacional e a insuficiência dos instrumentos repressivos frente à complexidade do fenômeno. Ao final, propõe-se uma reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento das estratégias de segurança, integrando dimensões sociais, econômicas e institucionais.

3- O NARCOTRÁFICO NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS E ESPECIFICIDADES DAS FRONTEIRAS

O tráfico de drogas é um dos maiores desafios da segurança internacional, impactando diretamente a estabilidade política, econômica e social de diversos países. Por operar em múltiplos territórios, essa atividade ilegal envolve redes criminosas altamente organizadas, que se aproveitam da globalização e das novas tecnologias para expandir suas operações.

No contexto das Relações Internacionais, o narcotráfico não se limita ao combate policial, mas se insere em debates sobre cooperação internacional, soberania estatal e políticas de segurança. Como aponta Ribeiro (2011), a estratégia predominante no combate às drogas tem sido a militarização, porém, essa abordagem, por si só, não resolve os fatores que alimentam o tráfico, como desigualdade social e corrupção.

Além disso, o tráfico de drogas influencia as relações diplomáticas entre países produtores, de trânsito e consumidores. As políticas antidrogas adotadas pelos Estados Unidos, especialmente a chamada "Guerra às Drogas", tiveram um impacto profundo na América Latina. Muitas das ações promovidas resultaram em uma repressão violenta, sem abordar as causas estruturais do problema, como destaca Cepik e Borba (2011).

Do ponto de vista da geopolítica do narcotráfico na América Latina, a região ocupa um papel central no comércio internacional de drogas, sendo a principal produtora de cocaína no mundo. Países como Colômbia, Peru e Bolívia são responsáveis pelo cultivo da folha de coca, enquanto nações vizinhas, como Brasil, Paraguai e Venezuela, atuam como rotas estratégicas para a distribuição da droga até os mercados consumidores na Europa e nos Estados Unidos (Cepik; Borba, 2011).

A Colômbia tem sido historicamente um dos principais polos do narcotráfico. Desde os anos 1980, cartéis como os de Medellín e Cali dominaram a produção e distribuição de cocaína, enfrentando governos locais e forças internacionais. No entanto, com a fragmentação desses grupos, novos atores surgiram, como dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Clã do Golfo, ampliando a complexidade do problema.

Já o Brasil, além de ser um ponto estratégico para o escoamento das drogas para a Europa e a África, também se tornou um grande mercado consumidor. Facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) disputam território e rotas de tráfico, consolidando sua presença em regiões de fronteira (Junqueira; Rodrigues, 2018). Um exemplo claro dessa rivalidade ocorreu em 2016, com o assassinato de Jorge Rafaat Toumani, empresário paraguaio-brasileiro conhecido por controlar rotas do tráfico de drogas e

armas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Rafaat era considerado um dos principais intermediários do narcotráfico na região de Pedro Juan Caballero, atuando como uma figura influente no submundo do crime. Sua execução, atribuída ao Primeiro Comando da Capital (PCC), marcou um ponto de inflexão na disputa entre facções pelo domínio das rotas do tráfico que cruzam o Paraguai em direção ao Brasil, evidenciando a crescente violência e reconfiguração das alianças no crime organizado regional (UOL Notícias, 2016). Além disso, um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou que ao menos 43 municípios da Amazônia Legal registram disputas entre essas organizações, com presença acentuada em cidades como Manaus (AM), Marabá (PA) e Rondonópolis (MT), revelando a interiorização do narcotráfico e a expansão das facções para regiões de difícil controle estatal (Amazônia Real, 2022).

A geografia da Amazônia brasileira favorece significativamente a atuação do narcotráfico. A densa floresta, aliada à precariedade da infraestrutura nas regiões fronteiriças, dificulta a presença e a fiscalização do Estado, criando condições ideais para o crescimento de rotas clandestinas utilizadas por grupos criminosos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), a complexidade territorial da Amazônia contribui para o estabelecimento de corredores ilícitos que cruzam as fronteiras com Colômbia, Peru e Venezuela, tornando a vigilância um enorme desafio logístico e institucional. Além disso, comunidades ribeirinhas e indígenas têm sido diretamente afetadas pelo avanço dessas organizações criminosas. Reportagem da Agência Amazônia Real revela que facções como o PCC e o Comando Vermelho estão presentes em áreas indígenas e ribeirinhas, onde cooptam jovens para atuar como 'mulas' no transporte de drogas ou em atividades de apoio logístico.

É possível notar que o narcotráfico na América Latina representa uma das principais ameaças à segurança regional, caracterizando-se por sua complexidade e impacto transnacional. A Colômbia, por exemplo, é o maior produtor mundial de cocaína. Em 2023, o país registrou um aumento de 53% na produção da droga, atingindo a cifra recorde de 2.600 toneladas, com 253 mil hectares de plantações de folha de coca, segundo relatório das Nações Unidas (UNODC, 2023; Folha de S. Paulo, 2023). Esse crescimento evidencia a expansão das atividades ilícitas e a dificuldade em conter o avanço do narcotráfico.

O Brasil, por sua vez, destaca-se como um dos principais corredores logísticos para o escoamento da cocaína produzida na região andina. Entre 2013 e 2023, o país registrou um aumento de 73,7% nas apreensões de cocaína, totalizando 730 toneladas no período (UOL Notícias, 2024). Além disso, o Brasil é considerado o segundo maior mercado consumidor da

droga no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Esses dados refletem a posição estratégica do país nas rotas do narcotráfico e os desafios enfrentados pelas autoridades na contenção dessas atividades ilícitas.

A fronteira entre Brasil e Colômbia é particularmente vulnerável, devido à sua extensa área de difícil vigilância e à presença de grupos criminosos organizados. Essa região tem sido palco de intensas disputas pelo controle das rotas de tráfico, exigindo uma abordagem coordenada entre os países para enfrentar os desafios impostos pelo narcotráfico.

A tabela a seguir apresenta um panorama dos países latino-americanos mais envolvidos com o narcotráfico, com base em dados de produção, trânsito e consumo de cocaína. Nela, percebe-se que a Colômbia lidera como maior produtora mundial, seguida pelo Brasil, que se destaca como principal corredor logístico e segundo maior consumidor global da droga

Tabela 1 – Países latino-americanos mais envolvidos com o narcotráfico

Posição	País	Destaque no Narcotráfico
1º	Colômbia	Maior produtor mundial de cocaína (2.600 toneladas em 2023)
2º	Brasil	Segundo maior mercado consumidor mundial e corredor logístico para exportação
3º	Peru	Segundo maior produtor de folha de coca
4º	Bolívia	Terceiro maior produtor de cocaína e rota alternativa de escoamento
5º	México	Forte presença de cartéis que operam rotas e distribuição para os EUA
6º	Venezuela	Ponto estratégico de trânsito com fragilidade institucional
7º	Paraguai	Rota terrestre importante para o tráfico que abastece o Brasil e o Cone Sul

Fonte: Elaborado pela autora com base em UNODC (2023), Folha de S. Paulo (2023), UOL Notícias (2024), DEA (2023) e Insight Crime (2023).

Considerando os dados apresentados na tabela acima, a seguir buscamos focar na análise e desafios enfrentado pelos dois principais países da América Latina de compreender os caminhos trilhados no combate ao narcotráfico nas suas fronteiras.

3.1 DESAFIOS DAS FRONTEIRAS NA AMÉRICA LATINA: BRASIL-COLÔMBIA

A fronteira entre Brasil e Colômbia, com mais de 1.600 km de extensão e geografia predominantemente florestal, representa uma das maiores dificuldades para o combate ao narcotráfico na América Latina. A região é marcada por ausência de infraestrutura adequada, fiscalização limitada e presença de populações vulneráveis, o que facilita a atuação de

organizações criminosas transnacionais. Embora nosso foco seja Brasil-Colômbia, o mapa a seguir demonstra a dimensão da fronteira compartilhada com demais países

Figura 1 – Localização da Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.



Fonte: Silva (2022).

Essa configuração geográfica e institucional favorece o uso da fronteira como rota de escoamento de drogas e armas, sobretudo por grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e facções colombianas, que consolidaram sua presença ao longo dessa faixa territorial. As Forças Armadas e a Polícia Federal do Brasil enfrentam dificuldades constantes no monitoramento da área, seja pela escassez de efetivo, seja pela falta de equipamentos

tecnológicos capazes de cobrir com eficiência um território de vegetação densa e de difícil acesso.

Os desafios não se restringem à fiscalização física. Obstáculos na cooperação internacional também comprometem a efetividade do combate ao narcotráfico. Embora Brasil e Colômbia tenham firmado diversos tratados bilaterais ao longo das últimas décadas, entraves diplomáticos e burocráticos ainda dificultam a troca de informações e a realização de operações conjuntas. Desde a década de 1980, os países vêm firmando uma série de tratados e instrumentos de cooperação voltados à repressão do narcotráfico e de outros crimes transnacionais na faixa de fronteira. O primeiro grande marco foi o Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas, celebrado em 1981, que estabeleceu a criação da Comissão Mista Brasil-Colômbia. Esse acordo previa o intercâmbio de informações e a assistência técnico-científica mútua entre os órgãos responsáveis pelo combate ao tráfico de drogas (Brasil, 2015a apud Dias, 2015).

Posteriormente, em 1997, foram firmados dois acordos importantes: o Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas, que visava combater o fornecimento de insumos essenciais para a produção de entorpecentes, e o Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, que intensificou a cooperação entre as Forças Aéreas dos dois países por meio de intercâmbio de informações operacionais, treinamentos conjuntos e assistência técnica (Brasil, 2015a apud Dias, 2015).

A partir dos anos 2000, essa cooperação se expandiu para ações práticas de defesa e fiscalização. Um exemplo disso foi a Operação Cobra, iniciada em 2001, que implementou postos de controle de fronteira, patrulhas fluviais e ações de destruição de pistas clandestinas. A operação alcançou resultados significativos ao reduzir em até 60% o tráfico de drogas da Colômbia para o Brasil entre 2001 e 2002 (OPERAÇÃO..., 2002 apud Dias, 2015).

Outro eixo importante de atuação foi a Operação COLBRA, iniciada em 2005 pelas Forças Aéreas do Brasil e da Colômbia. A série de treinamentos simulou interceptações de aeronaves suspeitas, com foco em voos irregulares em zonas de fronteira. Essa cooperação foi institucionalizada com a criação das Normas Binacionais de Defesa Aeroespacial em 2009, que estabeleceram protocolos comuns para vigilância do espaço aéreo (Brasil, 2009; Brasil, 2015b apud Dias, 2015).

No campo da segurança pública, destaca-se o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, assinado em 2005, que estabeleceu o compartilhamento de dados de inteligência, intercâmbio de tecnologias e a designação de adidos policiais e oficiais de ligação entre os dois países (Brasil, 2015a apud Dias, 2015).

Já em 2011, foi criada a Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) com o objetivo de integrar as forças armadas, agências policiais e órgãos de inteligência em ações de combate ao crime organizado. No mesmo ano, foi instituído o Plano Binacional de Segurança Fronteiriça Brasil-Colômbia, que além de ações de repressão, também previa o desenvolvimento sustentável da região amazônica e atendimento a demandas sociais da população local (Brasil, 2011c apud Dias, 2015).

Entre 2013 e 2014, ocorreram ainda operações multilaterais com apoio de forças internacionais, como a Operação Nações Unidas, que contou com a participação de polícias de países como Uruguai, Espanha e EUA e a Operação Veraneio, voltada à desarticulação de redes de tráfico internacional (Brasil, 2014a apud Dias, 2015). Ainda em 2014, uma operação binacional entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional da Colômbia resultou na prisão de um dos narcotraficantes colombianos mais procurados na região (Brasil, 2014b apud Dias, 2015).

Essa série de tratados e ações conjuntas demonstra o esforço contínuo de ambos os países na construção de uma agenda de segurança transnacional. No entanto, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à continuidade institucional, à padronização dos protocolos e à integração efetiva das informações de inteligência. A existência de múltiplos acordos nem sempre se traduz em cooperação fluida no plano operacional. A atuação coordenada entre os dois países tem avançado, mas de forma limitada e com impactos ainda modestos.

Posteriormente, em 2020, o Ministério da Justiça firmou um acordo de cooperação técnica com o governo colombiano, com foco no enfrentamento ao crime organizado na região de fronteira (Agência Brasil, 2020). Além disso, de acordo com relatório publicado pelo Diálogo Américas (2023), ações conjuntas entre os dois países na Amazônia vêm sendo intensificadas, com operações voltadas ao combate de crimes como tráfico de drogas, garimpo ilegal e exploração de madeira.

Além dos acordos bilaterais com o Brasil, a Colômbia também reforçou seu alinhamento com os Estados Unidos por meio de tratados como o Acordo de Livre Comércio (UTCA), que influenciaram diretamente a agenda de segurança no país.³

No entanto, as limitações persistem. Dados sobre apreensões de drogas mostram que, embora expressivos, os números não têm sido suficientes para conter a circulação de entorpecentes na região. Segundo estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dias, 2015), a eficácia das ações repressivas depende diretamente do investimento em inteligência, da articulação interestatal e da superação de barreiras administrativas que ainda comprometem a cooperação binacional. Paralelamente, o narcotráfico tem gerado impactos sociais profundos: a violência relacionada à disputa por território e ao controle de rotas ocasiona deslocamento forçado de populações, principalmente indígenas e ribeirinhas, além de agravar os índices de pobreza e exclusão nessas comunidades.

Historicamente, a região fronteira entre os dois países também foi marcada por episódios emblemáticos de tensão. A Operação Traíra, em 1991, tornou-se um divisor de águas na política de segurança da Amazônia. Na ocasião, guerrilheiros das FARC atacaram um posto militar brasileiro às margens do rio Traíra, motivando uma resposta militar do Exército Brasileiro e expondo a fragilidade do controle estatal sobre a região (Sociedade Militar, 2024). Esse episódio reforçou a urgência de fortalecer a presença do Estado e a necessidade de parcerias internacionais no enfrentamento de ameaças transnacionais.

Diante desse contexto, torna-se evidente que as políticas de combate ao narcotráfico precisam ir além da repressão armada. A repressão isolada tem se mostrado insuficiente diante da complexidade das dinâmicas criminais que operam nessa faixa de fronteira. É fundamental fortalecer a cooperação internacional, ampliar os investimentos em tecnologias de fiscalização, capacitar os agentes de segurança e, sobretudo, implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Somente com uma abordagem multidimensional, que una segurança, justiça social e integração regional, será possível enfrentar o narcotráfico de forma eficaz e sustentável.

³ O Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos e Colômbia (UTCA, na sigla em inglês) foi assinado em 2006, durante o governo de Álvaro Uribe (Colômbia) e George W. Bush (EUA), e entrou em vigor em 2012, sob os governos de Juan Manuel Santos e Barack Obama. Embora voltado à ampliação do comércio, o UTCA reforçou o alinhamento estratégico entre Colômbia e Estados Unidos, com implicações na agenda de segurança, sobretudo no combate ao narcotráfico. Críticos apontam que o tratado priorizou interesses econômicos e repressivos em detrimento de investimentos sociais em áreas produtoras de coca, ampliando a presença norte-americana na política antidrogas colombiana.

Apesar do narcotráfico na América Latina ser tradicionalmente compreendido como um fenômeno de produção e escoamento de drogas, seu impacto global transcende essas fronteiras. Como destaca Santana (1999), a questão do tráfico de entorpecentes adquiriu, ao longo das últimas décadas, um caráter tão abrangente que se equipara, em termos de influência e conflito, às grandes ideologias que marcaram o cenário internacional antes da queda do Muro de Berlim. O narcotráfico não apenas compromete a segurança pública dos Estados, mas também afeta profundamente as estruturas sociais, econômicas e políticas, invadindo todos os âmbitos da vida cotidiana e das relações internacionais.

No contexto da América Latina, é importante reconhecer que essa região não apenas produz e escoar drogas ilícitas, mas também se integra de forma complexa a uma cadeia transnacional que envolve dinâmicas de poder econômico, lavagem de dinheiro e novas formas de violência. A produção de cocaína, por exemplo, embora centrada em países como Colômbia, Peru e Bolívia, está diretamente voltada para abastecer os mercados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, regiões de alta demanda e maior poder de consumo. Estima-se que, só da Colômbia, cerca de 300 toneladas de cocaína são destinadas anualmente ao mercado norte-americano, movimentando bilhões de dólares (Santana, 1999).

Nesse contexto, o papel dos Estados Unidos torna-se crucial. O país não apenas consome grande parte das drogas produzidas na América Latina, como também, paradoxalmente, se configura como um ator que promove estratégias de combate que muitas vezes têm efeitos colaterais sobre a própria região produtora. A chamada "Guerra às Drogas", iniciada nos anos 1980, resultou na militarização de fronteiras, na pressão por certificações internacionais e no aumento da intervenção em políticas internas de países latino-americanos. Segundo Santana, essa abordagem norte-americana, baseada na repressão e no controle da oferta, negligencia as causas estruturais do fenômeno — como a pobreza, a exclusão social e as falhas de governança — e tende a externalizar a responsabilidade do problema para os países produtores.

Essa política de externalização reforça a percepção do narcotráfico como uma ameaça estrangeira à sociedade norte-americana, associando a imigração irregular e o tráfico de drogas como faces de um mesmo problema de "insegurança externa" (Santana, 1999). Tal narrativa não apenas alimenta o endurecimento das fronteiras, como também legitima práticas de vigilância e controle que impactam negativamente os direitos humanos e a soberania dos países latino-americanos.

Ademais, é necessário destacar a dimensão econômica dessa dinâmica. O narcotráfico, hoje, movimenta cifras comparáveis às maiores indústrias globais, com estimativas apontando para mais de 400 bilhões de dólares anuais (ONU apud Santana, 1999). Em várias economias da América Latina, o dinheiro proveniente das drogas alimenta circuitos informais, financia atividades lícitas e, muitas vezes, infiltra-se em sistemas políticos e institucionais, corroendo a capacidade dos Estados de responder de maneira eficaz ao problema.

Este fenômeno não se limita à produção e ao tráfico: com a globalização, observa-se também a transformação dos países de trânsito em centros de consumo. O Brasil é um exemplo emblemático dessa tendência, consolidando-se não apenas como corredor logístico, mas também como um dos maiores mercados consumidores de cocaína no mundo. Esse duplo papel aumenta a complexidade do desafio, exigindo respostas que integrem políticas de segurança com ações de redução de danos, prevenção e inclusão social (Santana, 1999).

É imprescindível reconhecer que, se o narcotráfico se globalizou, também é necessário que as respostas sejam pensadas de maneira global e integrada. A simples repressão militar, sem políticas estruturais de desenvolvimento econômico e fortalecimento institucional, revela-se insuficiente diante da magnitude do problema. Como alerta Santana, o narcotráfico é, em última instância, uma expressão da globalização excludente: enquanto alguns mercados se expandem e se enriquecem, outros territórios — como as fronteiras da América Latina — se tornam espaços de marginalização, violência e insegurança.

3. POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO: MICHEL TEMER (2016-2018) E JAIR BOLSONARO (2019-2022)

O narcotráfico é um problema estrutural que transcende as fronteiras nacionais e se insere em um contexto globalizado, no qual redes criminosas altamente organizadas desafiam a soberania dos Estados. No Brasil, esse fenômeno se intensifica nas regiões de fronteira, onde a fiscalização é complexa e a presença do Estado nem sempre é suficiente para coibir o tráfico de drogas (Andrade; Lima, 2016). Entre 2016 e 2022, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro adotaram diferentes estratégias para lidar com essa questão. As abordagens variaram entre a busca pela integração das forças de segurança e a militarização da luta contra o crime organizado. Esta seção analisa as principais políticas adotadas nesse período, seus avanços e limitações, além de avaliar seus impactos na fronteira Brasil-Colômbia, um dos principais corredores do narcotráfico na América do Sul.

3.1 O GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018) E SUAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA

Durante o governo de Michel Temer, a segurança pública ganhou protagonismo diante da crescente percepção de insegurança no país. Em 2017, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), que tinha entre suas diretrizes o combate ao tráfico de drogas e armas, especialmente nas regiões de fronteira. A estratégia central do governo Temer baseava-se na integração das diferentes forças de segurança e no fortalecimento da cooperação interestadual e internacional (Ministério da Justiça, 2017).

A Operação Ágata foi uma das ações emblemáticas de combate a crimes transfronteiriços durante o governo de Michel Temer. Idealizada no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, a operação foi concebida pelo Ministério da Defesa e realizada de maneira conjunta pelas Forças Armadas — Marinha, Exército e Força Aérea — com o apoio de diversos órgãos civis e agências públicas, como a Polícia Federal, Receita Federal, Ibama, Anvisa e Força Nacional. Seu objetivo era intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira do Brasil, promovendo ações preventivas e repressivas contra delitos como tráfico de drogas, armas, munições, contrabando, garimpo ilegal e crimes ambientais (Ministério da Defesa, 2018).

Durante o governo Temer, destacam-se as edições da Operação Ágata 10 e Ágata 11, realizadas em 2016 e 2017, respectivamente. A Ágata 10 foi conduzida em áreas estratégicas do Norte e Centro-Oeste do país, como Rondônia e Mato Grosso, enquanto a Ágata 11 ocorreu em trechos do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul, mobilizando cerca de 8 mil militares. As ações incluíram patrulhamento terrestre, fluvial e aéreo, com o fechamento de pistas clandestinas e apreensões de drogas e armas. Esses dados evidenciam o caráter interministerial e regionalizado da operação, voltada à proteção da soberania nacional em áreas de fronteira com alta vulnerabilidade (Ministério da Defesa, 2018). Embora os relatórios não apresentem dados consolidados nacionalmente por ano, os boletins operacionais indicam apreensões relevantes, incluindo grandes quantidades de drogas, munições e armamentos, bem como o fechamento de pistas de pouso clandestinas e apreensão de embarcações (Ministério da Defesa, 2018).

A amplitude das operações variava conforme o contexto regional, e as ações tinham caráter intermitente, o que dificultava sua continuidade e fiscalização sistemática. Relatórios da própria Defesa apontam, inclusive, a necessidade de aprimoramento da articulação entre os

órgãos envolvidos, sobretudo quanto à troca de informações em tempo real e à padronização de procedimentos (Ministério da Defesa, 2018).

Em termos de investimento, o governo federal investiu aproximadamente R\$9,1 bilhões em segurança pública em 2016 e R\$9,7 bilhões em 2017, representando um aumento de 6,9% (Agência Brasil, 2018a). Em 2018, foi anunciada uma linha de crédito de R\$ 42 bilhões para os estados investirem em segurança pública ao longo de cinco anos, sendo que R\$ 5 bilhões foram disponibilizados naquele ano, dos quais R\$ 4 bilhões provinham do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Agência Brasil, 2018b). Além disso, o BNDES lançou o Programa BNDES Pró-Segurança Pública, com uma dotação de R\$4 bilhões para a aquisição de equipamentos pelas forças policiais (BNDES, 2018).

A ausência de políticas sociais voltadas para as populações que vivem em áreas fronteiriças também contribuiu para a persistência do narcotráfico como alternativa econômica para muitas comunidades vulneráveis. A falta de oportunidades e a presença limitada do Estado nessas regiões facilitaram a atuação de organizações criminosas, que se aproveitaram da fragilidade institucional para expandir suas atividades.

Apesar das intenções expressas no Plano Nacional de Segurança Pública e da realização de operações como a Ágata, a política de segurança adotada pelo governo Michel Temer (2016–2018) foi marcada por uma abordagem predominantemente unilateral no combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia. Embora tenham existido ações pontuais de cooperação internacional, elas se mostraram limitadas e pouco institucionalizadas, sem gerar parcerias duradouras ou protocolos operacionais eficazes com a Colômbia. A ausência de uma estratégia de integração regional mais robusta comprometeu a eficácia do enfrentamento a um fenômeno que, por natureza, ultrapassa fronteiras nacionais. Ao privilegiar ações internas e reativas, sem articulação consistente com os países vizinhos, especialmente com a Colômbia — maior produtor mundial de cocaína —, o governo Temer reduziu o alcance e a sustentabilidade das medidas implementadas, reforçando a lógica de isolamento frente a um problema transnacional.

Portanto, embora o governo Temer tenha implementado medidas voltadas para o combate ao narcotráfico nas fronteiras, os resultados foram limitados devido à escassez de recursos, à falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e à ausência de políticas sociais que abordassem as causas estruturais do problema.

3.2 O GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022) E A INTENSIFICAÇÃO DA MILITARIZAÇÃO

O governo Bolsonaro adotou uma abordagem mais repressiva no combate ao narcotráfico, com forte ênfase na militarização da segurança pública. Desde o início de sua gestão, houve um aumento na participação das Forças Armadas em operações de combate ao crime organizado, incluindo a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), mecanismo que autoriza o uso das tropas militares para garantir a segurança pública (BBC News Brasil, 2021). Entre as principais iniciativas está o Programa VIGIA (Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade e Autonomia), criado em 2019 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. A proposta do programa era fortalecer o controle de fronteiras por meio da integração entre órgãos de segurança e do uso de tecnologias como drones, sensores e softwares de análise de dados. Até 2021, o VIGIA já havia causado mais de R\$3 bilhões em prejuízo ao crime organizado, com mais de 870 toneladas de drogas apreendidas, muitas delas na região do Alto Solimões (MJSP, 2021).

No âmbito da cooperação internacional, o governo Bolsonaro fortaleceu parcerias com os Estados Unidos e a Colômbia, visando o compartilhamento de inteligência e o aprimoramento das capacidades de repressão ao narcotráfico transnacional. Essas parcerias incluíram treinamentos conjuntos, doações de equipamentos e operações coordenadas na região amazônica (Oliveira, 2024).

As apreensões de drogas aumentaram consideravelmente no período. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a apreensão de cocaína pela Polícia Federal cresceu de 27 toneladas em 2018 para 49 toneladas em 2021, um aumento de 81% (FBSP, 2023). A região de Tabatinga foi destacada como um dos pontos com maior volume de apreensões, devido à sua localização estratégica na rota fluvial do rio Solimões (Oliveira, 2024).

Contudo, essa intensificação do aparato repressivo não se traduziu em melhoria efetiva da segurança pública. A militarização na fronteira gerou aumento da letalidade policial e do número de confrontos armados, especialmente nas áreas periféricas de Tabatinga e entorno. A ausência de políticas estruturais de inclusão social e o subinvestimento em iniciativas de desenvolvimento regional contribuíram para a perpetuação do ciclo de violência e vulnerabilidade local (Oliveira, 2024).

Em comparação ao governo Michel Temer (2016–2018), nota-se uma diferença substancial de abordagem. Temer priorizou a integração entre entes federativos e o fortalecimento da articulação interinstitucional por meio do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), com ênfase

em ações conjuntas entre Polícia Federal, Forças Armadas e órgãos estaduais (Junqueira; Rodrigues, 2018). No entanto, essas iniciativas sofreram com falta de continuidade nos anos seguintes. Por sua vez, Bolsonaro adotou uma linha dura, com maior investimento em tecnologia e ações militares, mas com pouco foco em políticas sociais ou cooperativas. Apesar do aumento nas apreensões, os dados de Mortes Violentas Intencionais (MVI) revelam que a violência continuou crescente: a Amazônia concentrou 33,8% das MVI do Brasil em 2022, e Tabatinga ocupou a 4ª posição entre os municípios com maiores índices de homicídio na região Norte (FBSP, 2023).

Outro aspecto relevante é o impacto dessas políticas nas populações locais. A militarização promovida por Bolsonaro levou a um aumento dos confrontos entre forças de segurança e grupos criminosos, resultando em maiores índices de letalidade policial (BBC News Brasil, 2021). Em contrapartida, a abordagem de Temer, ainda que menos agressiva, não trouxe mudanças estruturais que pudessem garantir uma fiscalização mais eficaz e duradoura.

As políticas implementadas entre 2016 e 2022 evidenciam que a repressão, isoladamente, não é suficiente para conter o avanço das redes criminosas. A experiência do governo Temer demonstrou que a integração entre as forças de segurança pode trazer avanços na articulação institucional, mas sem recursos e continuidade, seus efeitos são limitados (Junqueira; Rodrigues, 2018). Já o governo Bolsonaro apostou na força militar e na tecnologia, conseguindo aumentar as apreensões de drogas, mas sem impactos significativos na redução da criminalidade.

A solução para o problema do narcotráfico passa por um conjunto de ações coordenadas, que vão além da repressão e incluem desenvolvimento social, combate à corrupção e fortalecimento da cooperação internacional. Sem uma abordagem equilibrada que contemple segurança, prevenção e políticas sociais, a fronteira Brasil-Colômbia continuará sendo um dos principais pontos de vulnerabilidade para o tráfico de drogas na América do Sul.

Tabela 2: Resumo Comparativo das Políticas de Segurança - Governos Temer e Bolsonaro

Governo	Políticas implementadas	Resultados observados
Michel Temer (2016-2018)	-Lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) -Reforço da Operação Ágata -Integração entre forças federais e estaduais -Acordos de Cooperação Internacional	-Aumento das ações conjuntas de fiscalização -Melhor articulação institucional -Limitações operacionais devido a falta de recursos -Ausência de políticas sociais complementares
Jair Bolsonaro	-Expansão do Programa VIGIA	-Recordes de apreensão de drogas

(2019-2022)	-Operações Verde Brasil 1 e 2 -Aumento da presença militar nas fronteiras -Uso de tecnologias de monitoramento (drones, sensores)	-Aumento da militarização e da letalidade policial -Persistência da violência e expansão das facções -Falta de investimento em políticas sociais e preventivas
-------------	---	--

Fonte: elaborado pela autora

4. IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA

Como apontado, a fronteira entre Brasil e Colômbia, com mais de 1.600 km de extensão, é composta majoritariamente por áreas de floresta densa e rios de difícil acesso, o que dificulta a atuação contínua do Estado. Essa região tornou-se um dos principais corredores do tráfico internacional de cocaína devido à proximidade com os maiores centros produtores do mundo – especialmente na Colômbia – e pela limitada capacidade de fiscalização permanente. No ano de 2018, já era possível observar a consolidação do narcotráfico na faixa fronteiriça, especialmente no Alto Solimões. Junqueira e Rodrigues (2018) destacam o crescimento das conexões entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e redes criminosas transnacionais, bem como a intensificação do uso de rotas fluviais como resposta à vigilância em estradas e aeroportos. Essas dinâmicas revelam como as facções adaptam suas estratégias frente ao aumento da repressão estatal.

Durante o período de 2016 a 2022, Brasil e Colômbia mantiveram parcerias pontuais no enfrentamento ao narcotráfico na região amazônica, especialmente na faixa de fronteira entre as cidades de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). Essas ações se concentraram na realização de operações coordenadas entre as forças policiais dos dois países e no intercâmbio de informações de inteligência criminal, com apoio da Interpol. A Polícia Federal brasileira, por meio de suas bases no Alto Solimões, atuou conjuntamente com a Direção de Antinarcóticos da Colômbia em patrulhamentos fluviais, investigações transnacionais e monitoramento de rotas clandestinas utilizadas pelo tráfico de drogas (Junqueira; Rodrigues, 2018).

Além disso, o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), implementado pelo Ministério da Justiça a partir de 2019, fomentou a ampliação da vigilância em regiões remotas e gerou articulações operacionais com países vizinhos, incluindo a Colômbia. Embora essas colaborações tenham contribuído para algumas apreensões e desarticulações de rotas logísticas, a cooperação bilateral ainda se mostrou limitada em termos

de institucionalização e continuidade. Como destaca o próprio Ministério da Justiça (MJSP, 2021), a fragmentação entre os órgãos de segurança e a ausência de acordos duradouros de cooperação dificultam ações conjuntas mais estratégicas e de longo prazo.

As políticas de segurança adotadas pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro tiveram efeitos distintos sobre o controle da região. No governo Temer, prevaleceu a lógica de integração institucional e ações coordenadas, como nas Operações Ágata e na implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em 2018. Já no governo Bolsonaro, houve priorização de medidas mais repressivas e militarizadas, com uso de novas tecnologias no âmbito do Programa VIGIA, criado em 2019 (MJSP, 2021). Embora as apreensões de drogas tenham aumentado, especialmente em municípios estratégicos como Tabatinga, os impactos sobre o narcotráfico foram limitados. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), a cidade registrou uma das maiores taxas de homicídio da região Norte, reflexo das disputas territoriais entre facções pelo controle das rotas fluviais.

Esse cenário de violência e vulnerabilidade está diretamente ligado à ausência de políticas sociais estruturantes. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2023) indicam queda significativa da renda média familiar em Tabatinga entre 2018 e 2022. Embora os autores Andrade e Lima (2016) não analisem esse recorte temporal específico, suas reflexões sobre os efeitos da vulnerabilidade socioeconômica nas áreas de fronteira ajudam a compreender como a ausência de alternativas econômicas pode favorecer o aliciamento de jovens por facções criminosas. O aumento da fiscalização também restringiu a circulação de mercadorias, prejudicando pequenos comerciantes e trabalhadores informais que dependem do intercâmbio comercial entre Brasil e Colômbia. A criminalização do comércio informal agravou a situação, uma vez que medidas restritivas aplicadas sem planejamento econômico resultaram no enfraquecimento do comércio local, elevando a vulnerabilidade social. Para jovens sem acesso à educação ou emprego, o narcotráfico tornou-se uma alternativa atraente diante da ausência de perspectivas no mercado formal (BBC News Brasil, 2021).

Além dos impactos econômicos e sociais, as ações de segurança também provocaram denúncias de violações de direitos humanos, especialmente em áreas de presença indígena. Relatórios da Justiça Global (2022) apontam casos de abordagens violentas, detenções arbitrárias e ausência de protocolos adequados para o uso das Forças Armadas em segurança pública. A atuação repressiva, sem políticas sociais complementares, contribuiu para o afastamento das comunidades locais do Estado, favorecendo a influência de organizações criminosas.

No plano institucional, um dos principais desafios é a desarticulação entre as diferentes forças de segurança. Apesar da criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ainda existem falhas na integração entre Polícia Federal, Forças Armadas e polícias estaduais, que muitas vezes operam com estratégias distintas e isoladas. Isso compromete a eficiência das operações conjuntas e dificulta uma resposta coordenada ao crime organizado (BBC News Brasil, 2021). Embora o governo federal tenha investido em tecnologia — como drones e sensores — para monitorar áreas remotas, esses equipamentos não foram suficientes para cobrir toda a extensão da fronteira, especialmente em regiões de floresta densa e rios navegáveis (OLIVEIRA, 2024).

A Controladoria-Geral da União (CGU, 2022) também apontou casos de corrupção envolvendo agentes públicos na região Norte, o que fragiliza ainda mais a capacidade de fiscalização da fronteira. A precariedade da infraestrutura tecnológica — com escassez de drones, sensores e postos fixos — agrava esse quadro, dificultando o monitoramento de regiões estratégicas.

Diante desse contexto, a repressão isolada tem gerado mais efeitos colaterais do que soluções estruturais. O aumento da vigilância e da presença militar levou à reorganização das rotas do narcotráfico, mas não à sua eliminação. Esta experiência demonstra que o enfrentamento ao crime organizado em regiões de fronteira exige uma abordagem multidimensional, que combine repressão qualificada, políticas sociais, desenvolvimento econômico local e fortalecimento da cooperação internacional. A criação de forças-tarefa binacionais, protocolos de inteligência ágeis e investimentos em educação, saúde e geração de renda são caminhos fundamentais para transformar de forma duradoura a realidade das populações que vivem sob a influência do narcotráfico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas de segurança implementadas pelos governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022) no combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia revela a persistência de desafios estruturais e operacionais que comprometem a eficácia das ações estatais. Embora os dois governos tenham adotado estratégias distintas — Temer com foco na integração institucional e Bolsonaro na intensificação da militarização — ambas as abordagens demonstraram limitações significativas no enfrentamento sustentável do crime organizado transnacional.

A pesquisa confirmou a hipótese inicial de que tais políticas foram insuficientes para conter de forma efetiva o avanço das redes criminosas na região fronteira. A ampliação da presença militar, os investimentos em tecnologia de vigilância e os acordos pontuais de cooperação internacional produziram resultados operacionais relevantes, como o aumento das apreensões de drogas. Contudo, esses esforços mostraram-se reativos e desarticulados, falhando em atingir as causas estruturais que alimentam o narcotráfico, como a pobreza, a ausência do Estado, a vulnerabilidade socioeconômica das populações locais e a fragilidade institucional.

A fronteira entre Brasil e Colômbia permanece como um espaço de profunda vulnerabilidade, onde o aparato repressivo estatal convive com a escassez de políticas sociais e o aliciamento crescente de jovens por facções criminosas. A militarização, longe de representar uma solução definitiva, tem gerado externalidades negativas, como a escalada da violência, violações de direitos humanos e aprofundamento da desconfiança entre as comunidades locais e os agentes públicos de segurança. Além disso, a fragmentação institucional e a ausência de protocolos duradouros de cooperação binacional limitam a capacidade de resposta coordenada frente a um fenômeno que é, por natureza, transnacional.

Portanto, os dados analisados demonstram que o combate ao narcotráfico na fronteira Brasil-Colômbia exige uma abordagem multidimensional e integrada. Estratégias exclusivamente repressivas são insuficientes e, em muitos casos, contraproducentes. É imprescindível que as políticas de segurança sejam complementadas por investimentos em desenvolvimento regional, programas de inclusão social, fortalecimento da governança local e institucionalização de mecanismos permanentes de cooperação interestatal. A superação do problema do narcotráfico, nesse sentido, não depende apenas da contenção armada, mas da construção de uma presença estatal efetiva, legítima e inclusiva nas áreas de fronteira.

Compreender o narcotráfico como uma ameaça à segurança internacional, e não apenas como uma questão de ordem pública, permite ampliar o escopo das respostas estatais e fortalecer a articulação entre segurança, desenvolvimento e diplomacia. Somente com esse paradigma será possível transformar a realidade das populações que vivem sob o domínio das redes ilícitas e avançar na construção de uma segurança de caráter duradouro e democrático na Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Governo anuncia linha de crédito de R\$42 bi para segurança pública dos estados.** 2018b. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-03/governo-anuncia-linha-de-credito-de-r-42-bi-para-seguranca-publica-dos>>. Acesso em: 02 abr. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Investimento em segurança pública aumentou 6,9%, diz levantamento.** 2018a. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/investimento-em-seguranca-publica-aumentou-69-diz-levantamento>>. Acesso em: 02 abr. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Ministério da Justiça firma acordo de cooperação técnica com Colômbia.** 3 set. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ministerio-da-justica-firma-acordo-de-cooperacao-tecnica-com-colombia>>. Acesso em: 02 abr. 2025.

AMAZÔNIA REAL. **Ameaça do tráfico.** 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/ameaca-do-trafico/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

ANDRADE, Israel de Oliveira; LIMA, Raphael Camargo. **SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS.** In: **FRONTEIRAS do Brasil: uma avaliação de política pública.** [S. l.: s. n.], 2018. cap. 4, p. 111-150. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_fronteras_do_brasil_volume1_cap04.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

BBC News Brasil. **"O impacto da militarização na segurança das fronteiras brasileiras."** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57057664>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BNDES. **BNDES aprova regras para investimentos em segurança com R\$ 4 bilhões para 2018.** 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-aprova-regras-para-investimentos-em-seguranca-com-r5-bilhoes-para-2018>>. Acesso em: 02 abr. 2025.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. **Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-31, 20 set. 2011.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Brasil. Controladoria-Geral da União (CGU). Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). Coordenação-Geral de Planejamento e Inovação (CGPLA). Relatório. **Relatório Anual de Auditoria Interna da CGU (RAINT) [2022]**, Distrito Federal (DF), 20 fev. 2024. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/78357/1/RAINT_SFC_2022.pdf. Acesso em: 3 abr. 2025.

DÍALOGO AMÉRICAS. **Brasil e Colômbia intensificam combate a crimes transnacionais na Amazônia.** 2023. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/brazil-colombia-step-up-fight-against-transnational-crime-in-the-amazon/>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

DIAS, Michelle Gallera. **Cooperações Bilaterais do Brasil com Bolívia, Colômbia e Peru no Combate ao Tráfico de Drogas Ilícitas**. UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/DIAS-Coopera%C3%A7%C3%B5es-Bilaterais-do-Brasil-com-Bol%C3%ADvia-Col%C3%B4mbia-e-Peru-no-Combate-ao-Tr%C3%A1fico-de-Drogas-Il%C3%ADcitas.pdf> Acesso em: 04 abr. 2025.

FGV IBRE: Macroeconomia. In: SCHYMURA, Luiz Guilherme. **Desafio da Amazônia deve ser posto no devido contexto social, econômico e político**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/desafio-da-amazonia-deve-ser-posto-no-devido-contexto-social-economico-e-politico#:~:text=A%20%C3%A1rea%20amaz%C3%B4nica%20corresponde%20a%20cerca%20de%2061>. Acesso em: 3 abr. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Produção de cocaína bate recorde histórico na Colômbia, diz ONU**. São Paulo, 16 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/producao-de-cocaina-bate-recorde-historico-na-colombia.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

HUMAN Rights Watch: Máfias do Ipê. In: **Como a Violência e a Impunidade Impulsionam o Desmatamento na Amazônia Brasileira**. [S. l.], 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2019/09/17/333519>. Acesso em: 4 abr. 2025.

INSIGHT Crime. In: MCDERMOTT, Jeremy; DUDLEY, Steven. **GameChangers 2023: The Cocaine Flash-to-Bang in 2024**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/gamechangers-2023-cocaine-flash-to-bang-2024/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

JUNQUEIRA, Mariana; RODRIGUES, Maysa. **COLÔMBIA, BOLÍVIA E PARAGUAI, O BRASIL NA ROTA DO NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL**. III Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA Dinamismos nas Relações Internacionais, [S. l.], p. 1-11, 5 set. 2018.

JUSTIÇA GLOBAL. **Abusos em operações de segurança na Amazônia brasileira**. 2022.

MINISTÉRIO da Defesa. **Histórico da Operação Ágata**. Brasília: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1/arquivos/resumo_e_resultados_operacao_agata_base_para_arquivo_do_site_md_atzd_01_02_24.pdf

MINISTÉRIO da Justiça e Segurança Pública. **Após reunião no Planalto, governo lança Plano Nacional de Segurança.** 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/apos-reuniao-no-planalto-governo-lanca-plano-nacional-de-seguranca>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

MJSP – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Programa VIGIA: balanço 2019–2021.** Brasília, 2021.

O NARCOTRÁFICO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E A SEGURANÇA REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS ADOTADAS NOS GOVERNOS LULA (2003-2010) E BOLSONARO (2019-2022). Orientador: Prof. Dr. Rafael Vitoria Schmidt. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Grau de Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, [S. l.], 2024. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/9963/1/TCC_GABRIELLE_REMEDI_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

RIBEIRO, Andrea Rangel. **O narcotráfico como uma questão de segurança internacional.** III Encontro Nacional Associação Brasileira de Relações Internacionais, São Paulo, 2011.

SANTANA, Adalberto. **A globalização do narcotráfico.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 42, n. 2, p. 99-116, 1999.

SENADO FEDERAL. **Acordo entre Brasil e Colômbia vai combater tráfico de armas.** 2 dez. 2010. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2010/12/02/acordo-entre-brasil-e-colombia-vai-combater-traffic-de-armas>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Localização da Tríplice Fronteira entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru). **ResearchGate.** Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-triplice-fronteira-entre-Tabatinga-Brasil-Leticia-Colombia_fig31_35868679. Acesso em: 05 abr. 2025.

SOCIEDADE MILITAR. **Operação Traíra: Conflito entre Forças Armadas Brasileiras e Guerrilheiros das FARC.** 2024. Disponível em: <<https://www.sociedademilitar.com.br/2024/06/operacao-traira-conflito-entre-forcas-armadas-brasileiras-e-guerrilheiros-das-farc-vai-virar-filme-projeto-conta-com-autor-de-tropa-de-elite-wvt.html>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2023.** Vienna: United Nations, 2023. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2023.html>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UOL NOTÍCIAS. **Brasil tem aumento de 73% em apreensão de cocaína em 10 anos, diz Anuário.** São Paulo, 18 jul. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/07/18/brasil-tem-aumento-de-73-em-apreensao-de-cocaina-em-10-anos-diz-anuario.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UOL NOTÍCIAS. **PCC e CV travam guerra pelo domínio do tráfico nas fronteiras e em estados.** 19 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/10/19/pcc-e-cv-travam-guerra-pelo-dominio-do-trafico-nas-fronteiras-e-em-estados.htm>. Acesso em: 05 abr. 2025.

U.S. DRUG ENFORCEMENT ADMINISTRATION (DEA). **National Drug Threat Assessment 2023.** Washington, DC: DEA, 2023.